



Organização das Nações Unidas
para a Alimentação
e a Agricultura

GUIA PARA GESTORES PÚBLICOS:

Sistemas Alimentares Circulares na América Latina



Sobre ICLEI Circulars - Plataforma de Desenvolvimento Circular do ICLEI

O *ICLEI Circulars* facilita a transição para a economia circular em nível local. Desde a sensibilização e o impulso político sobre a urgência de se afastar de padrões insustentáveis de consumo e produção até o design de abordagens políticas que abordem desafios concretos, o *ICLEI Circulars* apoia a rede do ICLEI durante a transição para uma economia circular.

Acesse <https://circulars.iclei.org/> para mais informações.

A série de Guias para Gestores Públicos

A série Guias para Gestores Públicos visa apoiar governos locais que já identificaram setores ou materiais prioritários aos quais desejam aplicar os princípios da economia circular. A série oferece orientações específicas para cada setor a fim de ajudar os gestores das cidades a identificar intervenções práticas de economia circular em colaboração com empresas, academia e sociedade civil, entre outras partes interessadas.

Este guia fornece aos governos locais da América Latina ferramentas concretas que seus colegas estão utilizando para facilitar a transição para sistemas alimentares circulares em suas cidades, desde o engajamento das partes interessadas até o desenho de políticas públicas eficazes. Baseia-se nas experiências da [rede ICLEI e seu caminho para o Desenvolvimento Circular](#), de experiências do [Programa CityFood](#) e dos projetos desenvolvidos pelo ICLEI com suas cidades membros e não-membros em parceria com instituições de referência, além das boas práticas do [Pacto Urbano de Política Alimentar de Milão](#). Esta publicação é destinada à administração pública da América Latina e Caribe. O ICLEI e a FAO trabalharam conjuntamente para adaptar este guia ao contexto da região.

O trabalho da FAO em sistemas agroalimentares urbanos

O Marco Estratégico da FAO 2022-2031 inclui os sistemas urbanos como uma das 20 áreas programáticas prioritárias que a FAO está implementando junto com parceiros-chave, como agências da ONU e redes de cidades. A Estrutura da FAO para a Agenda Alimentar Urbana, lançada em 2019, visa apoiar os governos em todos os níveis na integração dos sistemas alimentares nas políticas, planejamento e ação locais. Com base nisso, a Iniciativa “Cidades Verdes” da FAO foi lançada em 2020 para fortalecer o aspecto ambiental dos sistemas agroalimentares urbanos.

Atualmente, o trabalho sobre sistemas agroalimentares urbanos é realizado em várias cidades (incluindo áreas metropolitanas e cidades e vilas de médio e pequeno porte) e consiste em uma ampla gama de programas, projetos e iniciativas desenvolvidas e implementadas em colaboração com a sociedade civil, academia, Nações Unidas e agências internacionais, redes de cidades como o ICLEI por exemplo e órgãos públicos e privados relevantes.

Sobre este guia

O que são sistemas alimentares circulares?

O Painel de Especialistas de Alto Nível em Segurança Alimentar e Nutricional (HLPE, na sigla em inglês) define os sistemas alimentares da seguinte forma: “Um sistema alimentar engloba todos os elementos (meio ambiente, pessoas, insumos, processos, infraestrutura, instituições, etc.) e atividades relacionadas à produção, processamento, distribuição, preparação e consumo de alimentos, bem como os produtos dessas atividades, incluindo-se resultados socioeconômicos e ambientais”.¹

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) definiu sistemas alimentares sustentáveis como aqueles que proporcionam “segurança alimentar e nutrição para todos de tal forma que os fundamentos econômicos, sociais e ambientais para gerar segurança alimentar e nutrição para as gerações futuras não sejam comprometidos”.²

Na última década, vários governos locais implementaram estratégias de bioeconomia sustentável e circular que visam transformar os sistemas alimentares e foram acompanhados nesse processo por organizações especializadas como RUF, FAO, ONU Meio Ambiente, ICLEI e muitas outras. Além disso, a CEPAL desenvolveu uma [visão regional de circularidade para a América Latina e o Caribe](#). Há muito que se pode aprender com essas experiências.³

1 HLPE. “Food losses and waste in the context of sustainable food systems”. Un informe del Grupo de Alto Nivel de Expertos en Seguridad Alimentaria y Nutrición del Comité de Seguridad Alimentaria Mundial (CSA). 2014

2 FAO. “Sustainable Food Systems: Concept and framework”. 2018

3 (1) International Advisory Council on Global Bioeconomy. “[Global Bioeconomy Policy Report \(IV\): A decade of bioeconomy policy development around the world](#)”. (2) FAO. “[Bioeconomy for a sustainable future](#)”. Rome, Italy, 2021.

Para quem é este guia?

Este guia foi desenvolvido para governos locais que trabalham na transição de seus sistemas alimentares rumo a um desenvolvimento circular. A ação local nos sistemas alimentares pode ser iniciada por diferentes departamentos, como assistência social, educação, meio ambiente, planejamento urbano, direitos humanos, saúde ou desenvolvimento econômico, e deve ser implementada de forma intersetorial e integrada. Para facilitar a colaboração entre departamentos, a maior parte das seções deste guia foi elaborada em um formato de fácil apresentação, permitindo o uso direto em materiais de divulgação para partes interessadas.

No caso das cidades do sul global, os desafios podem ter raiz estrutural e sistêmica. Por esta razão, é muito importante observar o contexto social, econômico e ambiental de cada cidade e ao analisar as experiências apresentadas neste guia, entender quais foram os fatores prévios como marcos legais, estruturas financeiras e administrativas, equipes técnicas dedicadas, ações de comunicação e sensibilização da população e principalmente priorização e engajamento dos líderes que dão o suporte para que elas tenham boa aplicação e continuidade em seus territórios.

Além disso, um aspecto-chave da convergência entre os marcos institucionais relacionados ao sistema alimentar e à economia circular é que ambos consideram todos os elementos da cadeia de valor, desde a extração de recursos até a gestão de resíduos. Os sistemas alimentares circulares priorizam a produção regenerativa, favorecem práticas de reutilização e compartilhamento, diminuem a entrada de recursos no sistema e a poluição, além de garantir a recuperação dos recursos para usos futuros. Assim, fecham ciclos de recursos e buscam sinergias intersetoriais (por exemplo, com sistemas de água e energia) que contribuam para a resiliência de um território.

Este guia combina o conhecimento acumulado de ambas as abordagens e se baseia nos trabalhos existentes e boas práticas locais para fornecer recomendações práticas para projetar sistemas alimentares circulares em nível local que também ofereçam benefícios socioeconômicos. Seu objetivo é fornecer aos gestores públicos ferramentas e exemplos para ajudá-los a transformar o conceito de sistemas alimentares circulares em ações locais tangíveis.



Como utilizar este guia

O guia é baseado em três passos principais para facilitar a transição para sistemas alimentares circulares. Você pode escolher progredir linearmente em cada passo se estiver começando sua jornada rumo a sistemas alimentares circulares, ou então avançar diretamente para a seção que mais lhe interessa.

PREPARANDO O TERRENO >

Esta seção fornece informações para inserir os tomadores de decisão do governo local no tema de sistemas alimentares circulares. Fornece fatos e informações importantes sobre:

- O papel das cidades na transição dos sistemas alimentares
- Os impactos socioeconômicos e ambientais negativos dos sistemas alimentares lineares
- Como a economia circular pode ajudar a lidar com esses impactos

PASSO 1: > ENTENDA SEU PRÓPRIO CONTEXTO E ENVOLVA AS PARTES INTERESSADAS

Esta seção fornece recursos sobre:

- Como definir o sistema alimentar vinculado à sua jurisdição e identificar desafios e oportunidades
- Como mapear e engajar as partes interessadas nos processos de cocriação
- Como projetar uma estrutura de governança colaborativa para sistemas alimentares circulares

PASSO 2: > CONSTRUA UM SISTEMA ALIMENTAR CIRCULAR

Esta seção proporciona:

- O marco de ação para avaliar as iniciativas de economia circular
- Exemplos concretos de iniciativas de economia circular a nível local
- Orientação sobre como priorizar iniciativas de economia circular com as partes interessadas

PASSO 3: > UTILIZE SUAS FERRAMENTAS PARA IMPULSIONAR A IMPLEMENTAÇÃO

Esta seção oferece:

- Uma descrição geral dos instrumentos políticos para alcançar os objetivos do sistema alimentar circular
- Uma metodologia adaptável para desenvolver combinações de políticas que beneficiem toda a cadeia de valor dos alimentos
- Exemplos concretos e práticos de instrumentos políticos de sistemas alimentares circulares implementados por governos locais em toda a região.



PREPARANDO O TERRENO

O papel das cidades na transição dos sistemas alimentares

70% de todos os alimentos produzidos são consumidos nas cidades.⁴

Os governos locais estão direta ou indiretamente ligados a todos os estágios da cadeia de valor dos alimentos. Desde a aquisição de alimentos e serviços de catering em instalações públicas até a gestão de resíduos orgânicos e o uso da terra, os governos locais podem influenciar nos sistemas alimentares ao longo de sua cadeia de valor. Além disso, as cidades são os atores mais próximos da população e podem atuar como um laboratório para novas políticas e serviços públicos que podem então ser adotados em nível nacional. Portanto, uma política alimentar e governança fortes podem enfrentar os desafios locais e incorporar as partes interessadas locais de forma mais eficiente. A capacidade dos principais atores (distribuidores de alimentos, processadores e consumidores) de se integrarem em nível local também cria um valioso terreno para soluções inovadoras e novos modelos de negócios.

⁴ FAO. "The state of food and agriculture. Leveraging food systems for inclusive rural transformation". 2017



Por que nossos sistemas alimentares devem mudar

Os atuais sistemas alimentares dominantes e globalizados têm impactos socioeconômicos e ambientais adversos de grandes dimensões. Como tal, estes empreendem esforços para atender às demandas alimentares de uma população crescente e enfrentam choques externos frequentes como a escassez de recursos, [mudanças climáticas](#) e crises de saúde como a pandemia de Covid-19.

No [contexto da América Latina](#), segundo estimativas da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL), ao final de 2020 a queda do produto interno bruto (PIB) foi de 7,7% na região latino-americana, enquanto nos anos anteriores, entre 2014 e 2019, registrou baixo crescimento, em torno de 0,3%. Junto com uma contração econômica, há sempre uma crise social e aquela que se originou com a pandemia Covid-19 certamente será a mais forte dos últimos 100 anos, elevando o número de pessoas em situação de pobreza para mais de 190 milhões – 72 milhões de que estão em extrema pobreza. Nesse contexto de crescente desigualdade social, aumento da taxa de desemprego e redução da renda da população, ocorre uma grave escalada da insegurança alimentar nos centros urbanos da região que deve ser enfrentada com políticas públicas.

Mas mesmo com o aprofundamento da crise alimentar, o documento [OECD-FAO Agricultural Outlook 2019-2028](#) prevê que a América Latina e o Caribe serão responsáveis por mais de 25% das exportações agrícolas e pesqueiras globais até 2028.

Impactos ao longo da cadeia de valor de alimentos

Degradação dos recursos naturais

No início da cadeia de valor dos alimentos, durante o processo de extração de recursos, uma das principais causas da degradação dos recursos naturais na América Latina é a aplicação intensiva de agroquímicos e o desmatamento. Quatro países da região já têm mais de 40% de seu território degradado.⁵

Perda e desperdício de alimentos

A região também enfrenta o desafio relacionado à perda e ao desperdício de alimentos devido à falta de infraestrutura e conhecimento adequados. Cerca de 22% dos alimentos são perdidos durante os processos de manuseio e armazenamento.⁶

Insegurança alimentar

Outro desafio é o acesso aos alimentos: durante 2020, a insegurança alimentar na América Latina e no Caribe aumentou para 14,2%, agravada pela pandemia de Covid-19.⁷ Soma-se a esse quadro o fato de que dietas saudáveis na América Latina estão entre as mais caras do mundo, com uma média de US\$ 4,25.⁸

5 [Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe. Conservación de suelos y aguas en América Latina y el Caribe](#)

6 [Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe. Conservación de suelos y aguas en América Latina y el Caribe](#)

7 [Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe. Panorama Regional de Seguridad Alimentaria y Nutricional 2021](#)

8 [FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2021. The State of Food Security and Nutrition in the World 2021. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome. FAO](#)



Como a economia circular pode contribuir

Os atores envolvidos no tema de sistemas alimentares, como agricultores, indústrias de processamento, comerciantes e consumidores, têm uma interação limitada com as partes interessadas fora de seu segmento na cadeia de valor dos alimentos. Por isso, impactos adversos ao longo da cadeia acabam permanecendo sem respostas efetivas.

A economia circular é uma estrutura para mapear oportunidades e economizar recursos, criando sinergias e reduzindo o desperdício ao longo da cadeia de valor, promovendo assim o desenvolvimento econômico local, a resiliência e a inclusão social. Ela encoraja os tomadores de decisão a buscar adotar medidas que impactam desde o início da cadeia de valor - do momento em que a extração de recursos é planejada - e além de seus limites jurisdicionais.

Nesse contexto, os sistemas alimentares circulares priorizam a produção regenerativa, favorecem práticas de reutilização e compartilhamento, reduzem a extração de recursos da natureza e a poluição, e garantem a recuperação de recursos para usos futuros. Como tal, eles fecham os ciclos de recursos e buscam sinergias intersetoriais por meio de 5 estratégias complementares (ver [Guia de Ação para Cidades Circulares](#), em inglês: Repensar, Regenerar, Reduzir, Reutilizar e Recuperar).

Os benefícios dos sistemas alimentares circulares para as cidades

Quando implementados sistemicamente por meio do Guia de Ação para Cidades Circulares, os sistemas alimentares circulares podem apoiar uma série de objetivos de sustentabilidade baseados nos cinco caminhos estratégicos de desenvolvimento do ICLEI⁹

○ Ação Climática

Os sistemas alimentares circulares combatem as emissões de carbono oriundas dos resíduos alimentares, garantem o sequestro de carbono e geram novas fontes de energia sustentável (por exemplo, do calor residual ou da digestão anaeróbica dos resíduos orgânicos). Conforme destacado na [Estratégia de Mudanças Climáticas da FAO \(2022-2031\)](#), a bioeconomia circular e sustentável foi identificada como uma área prioritária para transformar os sistemas agroalimentares e torná-los mais sustentáveis e resilientes diante das mudanças climáticas. Uma publicação recente da FAO¹⁰, lançada durante a COP27, fornece exemplos concretos de como a bioeconomia circular pode apoiar a mitigação e adaptação às mudanças climáticas em sistemas agroalimentares.

⁹ [ICLEI América do Sul. Visión estratégica](#)

¹⁰ Gomez San Juan, M., Harnett, S. and Albinelli, I. 2022. [Sustainable and circular bioeconomy in the climate agenda: Opportunities to transform agrifood systems](#). Rome, FAO.



○ Resiliência

Os sistemas alimentares circulares reduzem a dependência de recursos finitos, apóiam a infraestrutura de uso eficiente dos recursos e diversificam as fontes de matérias-primas essenciais, como energia e água.

○ Proteção da biodiversidade

Os sistemas alimentares circulares reduzem a geração de resíduos e a poluição, reduzem a pressão sobre os recursos naturais e favorecem processos de produção que são congruentes com as taxas de regeneração natural dos ecossistemas (por exemplo, a agricultura regenerativa e as práticas de bioeconomia circular). Tal como salientado numa [publicação recente da FAO](#), lançada durante a COP15, as práticas de bioeconomia circular e sustentável podem apoiar a conservação da biodiversidade e a recuperação dos ecossistemas em diferentes sectores interligados dos sistemas agro-alimentares.

○ Inclusão

Os sistemas alimentares circulares aumentam o acesso a produtos e serviços através da promoção da prevenção à geração de resíduos e do compartilhamento de recursos. Eles também oferecem oportunidades para o desenvolvimento de empreendimentos sociais.

○ Inovação

Os sistemas alimentares circulares criam oportunidades para a inovação local e oportunidades de negócios, aumentando as oportunidades de emprego por conta das cadeias de fornecimento mais curtas.



○ Saúde e bem-estar

Segundo a [Organização Pan-Americana de Saúde](#), uma alimentação saudável e nutritiva, sem alimentos ultra-processados, “ajuda a proteger contra a desnutrição em todas as suas formas, bem como contra doenças crônicas não transmissíveis (DANTs), incluindo diabetes, doenças cardiovasculares, derrame e câncer”. Desta forma, o consumo de alimentos orgânicos e a recuperação nutricional por meio de seu aproveitamento integral, além de erradicar o desperdício, tem um impacto positivo sobre a saúde das pessoas.¹¹

○ Redução de custos para o erário público

A médio e longo prazo, uma comparação dos dados mostrará que vale a pena investir em compras públicas sustentáveis de alimentos saudáveis e agroecológicos por conta dos impactos positivos na saúde das pessoas e no meio ambiente. Um bom exemplo mensurável é a alimentação escolar, que tem uma participação importante nas compras públicas, onde o estabelecimento de critérios de circularidade irá impactar na saúde da população, nos gastos ambientais, além de induzir novos padrões de produção, consumo e geração de empregos verdes.¹²

11 Global Panel. 2018. [Preventing nutrient loss and waste across the food system: Policy actions for high-quality diets](#). Policy Brief No. 12. London, UK: Global Panel on Agriculture and Food Systems for Nutrition

12 Verificar mas benefícios de las compras públicas sostenibles [aquí](#).

PASSO 1:

ENTENDA SEU CONTEXTO E ENVOLVA AS PARTES INTERESSADAS

Mapeie as partes interessadas, reúna as contribuições de seus parceiros e identifique os ativos existentes



Analizando o sistema alimentar de sua cidade

Os sistemas alimentares representam um espaço complexo no qual não é fácil estabelecer seus limites, dado a quantidade de processos e atores envolvidos. Isto é especialmente visível no âmbito municipal, pois muitas vezes as cidades são abastecidas por diversas fontes de alimentos produzidos em locais fora de sua jurisdição. A fim de compreender os cenários dentro dos quais esses atores operam, o planejamento das políticas públicas alimentares muitas vezes começa com uma avaliação dos sistemas alimentares locais como um todo.

A metodologia de avaliação “Sistema Alimentar da Cidade-Região” da FAO (CRFS, na sigla em inglês) inclui tanto a cadeia de valor em si quanto os componentes contextuais (segurança alimentar e nutrição, subsistência e desenvolvimento econômico, meio ambiente e recursos naturais, e equidade e inclusão social) dentro de uma região geográfica que inclui um centro urbano mais ou menos concentrado e sua área periurbana e rural circundante.

Esta ferramenta de avaliação fornece uma compreensão sobre a estrutura e o funcionamento dos sistemas alimentares de determinada área urbana (incluindo restrições e vulnerabilidades, bem como suas causas subjacentes). Dessa forma, pode ser usado como base para identificar oportunidades de políticas e programas para promover a sustentabilidade e resiliência do sistema, além de melhorar as condições econômicas, sociais e ambientais tanto nas áreas urbanas quanto rurais do município.

Acesse a [ferramenta](#) e aprenda sobre suas [aplicações práticas](#) em todo o mundo.



Selecionando uma área temática prioritária

Os princípios do desenvolvimento circular podem ser aplicados a uma ampla gama de áreas temáticas em nível local. Frequentemente, os governos locais iniciam sua jornada de desenvolvimento circular com uma ou duas áreas temáticas prioritárias para promover a economia circular e simplificar o planejamento de ações. Uma série de considerações pode orientar essa seleção, que são coletadas nas questões norteadoras a seguir.

As perguntas listadas a seguir podem ser usadas durante as consultas às partes interessadas para orientar o debate e ajudar o grupo a identificar a(s) área(s) temática(s) mais relevante(s) para seu contexto. Essa seleção pode ser feita de forma orgânica e ser fruto de diálogos entre as partes interessadas. Também pode ser feita de forma mais objetiva, classificando as diferentes áreas temáticas de acordo com sua pontuação em relação aos impactos ambientais, econômicos e sociais e os três fatores facilitadores (preparação, governança e ampliação). Isso pode ser baseado em dados e indicadores locais correspondentes às considerações listadas abaixo e/ou estimativas de especialistas locais.



Impactos ambientais:

- Impacto das Emissões de GEE: A área temática contribui em grande medida para as emissões de GEE em sua jurisdição?
- Volume de resíduos: A área temática contribui para um alto volume de resíduos em sua jurisdição?
- Biodiversidade: A área temática tem impacto negativo na biodiversidade local?
- Pegada de Recursos: A área temática é responsável por um alto consumo de recursos?
- Adaptação às mudanças climáticas: Até que ponto a área temática é vulnerável aos impactos negativos locais das mudanças climáticas?

Impactos econômicos:

- Potencial econômico e desenvolvimento de negócios: Qual a importância da área temática para a economia em sua jurisdição/no país?
- Criação de empregos e desenvolvimento de habilidades: A área temática é uma forte provedora de emprego em sua jurisdição?



Impactos sociais:

- Saúde e bem-estar: Qual é o potencial da área temática para promover a saúde e o bem-estar na região?
- Inclusão social: A ação na área temática é suscetível de gerar benefícios para os grupos vulneráveis da região?

Fatores de ativação:

- Iniciativas existentes: Existem iniciativas ou propostas empresariais já previstas, ou em curso, que contribuam para uma maior circularidade na área temática?
- Ativação das partes interessadas: Em que medida as partes interessadas da economia circular (empresas, grupos comunitários, instituições acadêmicas, organizações públicas...) estão ativas na área temática?
- Recursos de pesquisa e acadêmicos: Os parceiros acadêmicos poderiam ser mobilizados para apoiar a inovação circular na área temática?

Fatores de governança:

- Potencial entrave: Existem investimentos/marcos políticos vinculados ao tema prioritário planejados para as próximas duas décadas que se contrapõem às ações incluídas no Marco de Ações da Cidade Circular?
- Nível de influência: Sua cidade tem influência sobre ações que poderiam apoiar a transição circular da área temática?
- Nível de capacitação: qual o tamanho das equipes envolvidas? A qualificação dos agentes é adequada? é necessário mais capacitação?
- Nível de participação cidadã: a população está participando dos processos de implantação da política e está conscientizada sobre a importância desta política?
- Alinhamento aos marcos legais: quais são os marcos legais que dão base para sua política pública ter efeito imediato e comprometer a continuidade mesmo após trocas de governo?
- Alinhamento a outras políticas públicas: Se forem tomadas medidas para aumentar a circularidade na área temática, em que medida isso contribuiria para a consecução de outros objetivos estratégicos da cidade e da região?

Fatores de escalabilidade:

- Potencial de inspiração: A área temática é uma preocupação fundamental para outros governos locais em sua região/país? Qual a probabilidade de outros governos se inspirarem e adaptarem às suas realidades as boas práticas relacionadas a essa área temática testadas em sua jurisdição?
- Cálculo de benefícios: Existe um cálculo do impacto na redução de custos em saúde pública e meio ambiente que a área temática pode ter a curto, médio e/ou longo prazo?
- Relevância para as prioridades nacionais: Até que ponto o tema prioritário se alinha com as prioridades nacionais de economia circular e sustentabilidade?



Posicionando a segurança alimentar no centro de sua análise

Em virtude da acentuada desigualdade social e pobreza historicamente presentes no contexto latino-americano, o tema de segurança alimentar e nutricional assume um papel particularmente importante na agenda alimentar dos governos locais do continente. Este cenário leva à supressão de vários direitos para as populações mais vulneráveis, incluindo o direito à alimentação. A partir desta perspectiva, a estratégia subjacente às políticas locais de segurança alimentar deve ser fundamentada no direito humano à alimentação adequada, o que torna o acesso à alimentação um direito inalienável permanentemente garantido pelas políticas públicas e ancorado na Constituição Federal. Portanto, se deseja conectar o trabalho de promoção de um sistema alimentar circular à segurança alimentar e nutricional em sua cidade, sugerimos que utilize o resultado de sua análise para conduzir uma avaliação de resiliência, como a compilada pela cidade de Quito (Equador) em seu [Relatório de Resiliência do Sistema Agroalimentar](#) (página 286). Compartilhe esta breve avaliação durante as consultas junto às partes interessadas para apoiar a implementação de iniciativas que visem tanto objetivos de circularidade como de segurança alimentar e nutricional.



Após a conclusão da avaliação do sistema alimentar local, compilar os resultados em um breve resumo a ser compartilhado com as partes interessadas envolvidas (ver próxima seção) e destacar em particular:

- Que tipos de alimentos são mais consumidos localmente? De onde vem a maioria dos alimentos e como são produzidos? Quais são os principais canais pelos quais chegam à população?
- Quais são os principais desafios ambientais, sociais e econômicos relacionados com a produção e o consumo local de alimentos? Qual a origem desses desafios?
- Quais atores locais, infraestruturas e/ou estruturas de governança já apoiam a circularidade dos sistemas alimentares (por exemplo, que contribuem para a produção regenerativa, circuitos curtos de produção e comercialização ou distribuição mais equitativa de alimentos)?
- Os atores do sistema alimentar local já interagem através de mecanismos ou espaços específicos?
- Quais partes do sistema alimentar estão influenciando direta ou indiretamente os governos locais?
- Que políticas municipais e objetivos estratégicos podem ser ligados à mudança dos sistemas alimentares?
- Quais são os principais impactos para a saúde pública e o bem-estar humano que a transição para a circularidade pode trazer?

Mapeamento das partes interessadas

Durante a elaboração da avaliação inicial do sistema alimentar local, você encontrará uma grande variedade de atores formais e informais que podem desempenhar um papel importante em futuras políticas alimentares. Agora é o momento de resumir seus conhecimentos em um mapa de partes interessadas que você pode compartilhar com outros departamentos e utilizar para consultas futuras.

A tabela a seguir foi compilada com base em exemplos de mapeamento de participantes de diferentes governos locais ao redor do mundo, como Arusha (Tanzânia) e São Paulo (Brasil), juntamente com contribuições de especialistas. O Programa de Sistemas Alimentares Cidade-Região compilado pela FAO e RUAF fornece diretrizes adicionais para a realização de avaliações dos sistemas alimentares das partes interessadas e o PNUMA compilou um Marco Colaborativo para a Transformação dos Sistemas Alimentares, que detalha um processo para facilitar o diálogo e a ação das várias partes interessadas.

	Produção primária	Processamento agroalimentar	Distribuição e venda	Consumo	Gestão de resíduos
Setor público	Departamentos municipais de planejamento, agricultura e segurança alimentar	Departamentos municipais de comércio, meio ambiente, padrões do consumidor/alimentos, segurança alimentar	Departamento de contratação da cidade, fornecedores de serviços de alimentação, departamento de planejamento da cidade	Departamentos municipais de saúde, cultura, educação, bem-estar social, compras públicas e escolas públicas	Empresas de gerenciamento de resíduos, departamento de saneamento da cidade, empresas de água e energia
Setor privado	Câmara de agricultura, fertilizantes e sementes produtores, pequenas e e médias fazendas, fazendas de grande porte / voltadas para a exportação, instituições financeiras e instituições financeiras e de microfinanças, cooperativas de agricultores	Empresas de processamento de alimentos primários e secundários, marcas de alimentos, atacadistas, centros de produção mais limpa	Varejistas, supermercados, mercados de alimentos, empresas de embalagem, empresas de logística	Restaurantes locais, cadeias gastronômicas, vendedores de comida de rua, organizadores de eventos locais, associações de turismo	Restaurantes locais, cadeias gastronômicas, vendedores ambulantes, organizadores de eventos locais, startups relacionados com o desperdício de alimentos
Pesquisa e desenvolvimento	Varejistas, supermercados, mercados de alimentos, empresas de embalagem, empresas de logística	Iniciativas de pesquisa com foco na redução de resíduos, no processamento de alimentos e a reutilização de subprodutos	Iniciativas de pesquisa focadas em embalagens ou transporte de alimentos	Iniciativas de pesquisa iniciativas com foco em comportamento do consumidor	Iniciativas de pesquisa focadas na recuperação de nutrientes
Comunidade e âmbito doméstico	Restaurantes locais, cadeias de alimentos, vendedores ambulantes, organizadores de eventos locais, associações de turismo	Processadores informais, produtores artesanais	Centros comunitários de alimentos, plataformas de produtores e consumidores, mercados de pulgas, varejistas informais	Cooperativas de alimentos, Movimento 'Transition Towns' (Cidades em Transição), escolas públicas, universidades	Organizações de doação de alimentos, iniciativas de slow food, instituições de caridade, recicladores informais

Faça o download deste template de mapeamento de partes interessadas dos sistemas alimentares para inserir as partes interessadas relevantes em seu território.

Modelo

Governança dos sistemas alimentares

No que se refere à governança, é recomendada a criação de uma coalizão interdepartamental e de um agrupamento participativo com envolvimento de múltiplas partes interessadas para coordenar as atividades detalhadas nos passos 2 e 3 deste guia. Tais mecanismos, comumente denominados respectivamente de Câmaras Intersetoriais (ou CAISAN) e de Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA ou COMUSAN), salvo suas especificidades, servem como espaços participativos interdisciplinares de construção de políticas públicas alimentares e plataformas para ações horizontais coordenadas.


A trajetória bem-sucedida de Belo Horizonte

Associada ao ICLEI América do Sul desde 1993, a cidade de Belo Horizonte tem um extenso histórico na promoção de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional com o desenvolvimento e a coordenação de programas, projetos e serviços, como a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os Restaurantes Populares, o fomento à Agroecologia, Agricultura Familiar e Agricultura Urbana, a comercialização de alimentos saudáveis direto do produtor para o consumidor, estratégias de educação alimentar e nutricional, e de formação e qualificação profissional. A estrutura de governança começou a ser construída a partir de iniciativas e práticas populares nas periferias por meio de colaboração mútua que possibilitaram a estruturação dos primeiros arranjos institucionais com uma política de abastecimento que se tornou referência. Entre seus fatores de sucesso, destaca-se o caráter multidisciplinar dos recursos humanos compostos por profissionais com perfil técnico, grande engajamento político no tema e de notável reconhecimento acadêmico combinado a forte compromisso político e participação da sociedade civil.

Marcos normativos:

[Ley Municipal No. 10.255, 2011, Política Municipal de Apoyo a la Agricultura Urbana](#)

[Ley Municipal No. 11.181, de 2019 - Plan Director de la Municipalidad de Belo Horizonte que incluye la Agricultura Urbana entre los objetivos generales de la política urbana](#)



10 ingredientes para um engajamento bem-sucedido das partes interessadas

O fortalecimento da colaboração entre os atores envolvidos em toda a cadeia de valor é fundamental para a construção de sistemas alimentares circulares. Embora não haja um modelo rígido e único para o engajamento bem-sucedido das partes interessadas envolvidas, abaixo estão alguns ingredientes que podem contribuir para o sucesso dessa colaboração intersetorial.

1. Re-priorizar

É mais provável que as partes interessadas compartilhem seus conhecimentos se o processo de participação tiver apoio político e estiver alinhado com a estratégia de longo prazo do governo local. Ancorar o processo de engajamento em marcos internacionais, como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável ou o Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão, é outra forma de trazer legitimidade ao processo. De maneira mais geral, é essencial que os representantes do governo local compartilhem uma mensagem coerente sobre os objetivos da iniciativa e demonstrem um compromisso contínuo. Por fim, sugere-se incluir as agendas de alimentação saudável e produção sustentável de alimentos de forma integrada com a infraestrutura urbana e as políticas de enfrentamento à crise climática em suas cidades.

2. Investir em um planejamento cuidadoso antes de envolver as partes interessadas

Estabeleça um cronograma para os vários compromissos e sempre consulte ao se comunicar com as partes interessadas. Inclua uma estimativa da capacidade necessária para as várias etapas, a fim de ajudar as partes interessadas a planejar com antecedência. De forma compartilhada, mantenha um registro das questões levantadas e como elas foram ou serão abordadas, indicando claramente quem é o responsável por cada ação para evitar duplicação de esforços ou diluição de responsabilidades. Identifique também claramente as tarefas e a capacidade associada que se requer do seu departamento e aquelas que podem ser terceirizadas.

3. Conhecer o panorama das partes interessadas ou stakeholders

É provável que já existam em sua cidade redes de partes interessadas relevantes para o seu trabalho. Invista tempo para conhecer o cenário local das partes interessadas ou stakeholders para que possa aproveitar o que já existe. A identificação de um “líder do setor” (um ator local com uma visão ampla do setor e um certo nível de influência) permitirá que se alcance os atores-chave com mais eficiência.

4. Fazer valer a pena

Tire o tempo necessário para construir confiança e aprender sobre os interesses e necessidades das principais partes interessadas. Destaque os benefícios conjuntos de participar com seu município em uma iniciativa de sistemas alimentares circulares e como o processo se alinha com as necessidades e o escopo de trabalho das partes interessadas.

5. Trocar conhecimentos e capacitar potenciais agentes de mudança

Envolva as partes interessadas no início do processo, demonstre receptividade e disposição em aprender com suas experiências, a fim de adequar o processo às suas necessidades. É útil começar com consultas destinadas a compreender o contexto. A partir daí, pode-se desenvolver algumas ideias iniciais e, com o tempo, aprofundar com um marco mais concreto. Certifique-se de deixar tempo para digerir as informações compartilhadas durante cada consulta.

6. Promover espaços de participação social

Os governos locais podem e devem estimular e gerar canais de participação da sociedade civil, cuja qualidade permita melhorar a participação social e a representação cidadã na formulação de políticas públicas. Por isso, recomenda-se a criação de espaços de articulação e diálogo permanente entre os representantes públicos e os diversos atores sociais. Esses mecanismos podem ser conselhos da sociedade civil, conselhos municipais liderados pelo Poder Executivo e segmentados em diferentes temas, ou comissões de conselhos dentro da legislação que garantam a participação dos atores sociais.

7. Definir coletivamente o que é sucesso

Desenvolva uma visão compartilhada de sucesso que reconheça o que é viável e estabeleça o resultado mais amplamente aceitável, dadas as diferentes expectativas e prioridades das partes interessadas. Uma vez que este resultado tenha sido estabelecido, certifique-se de que ele seja sistematicamente incluído em futuras apresentações e documentos compartilhados com as partes interessadas.

8. Estar ciente de possíveis pontos cegos

De trabalhadores informais a grandes varejistas, os sistemas alimentares são influenciados por muitos atores que não estão frequentemente envolvidos nas consultas às partes interessadas locais. É essencial levar em conta o contexto e as necessidades de quem não está presente na sala.

9. Diversificar os canais de participação

Fomente a ampla participação por meio de diferentes meios de engajamento (desde oficinas abertas a grupos de trabalho temáticos, fóruns deliberativos, diálogos participativos e sessões de escuta da comunidade). Convidando à participação por meio de diferentes canais e em momentos diferentes, poderá manter o impulso das consultas iniciais.


10. Priorizar a continuidade do engajamento

Identifique os recursos humanos, financeiros ou outros disponíveis que disponham as partes interessadas e que poderiam contribuir para um maior desenvolvimento de um sistema alimentar circular, sem deixar de beneficiar-se de seu âmbito de trabalho. Essas sinergias ajudarão a garantir que as iniciativas planejadas ocorram quando todos saírem da sala. Criar um plano para a comunicação contínua com as partes interessadas e priorizar a identificação de líderes para as diferentes sub-estratégias identificadas.

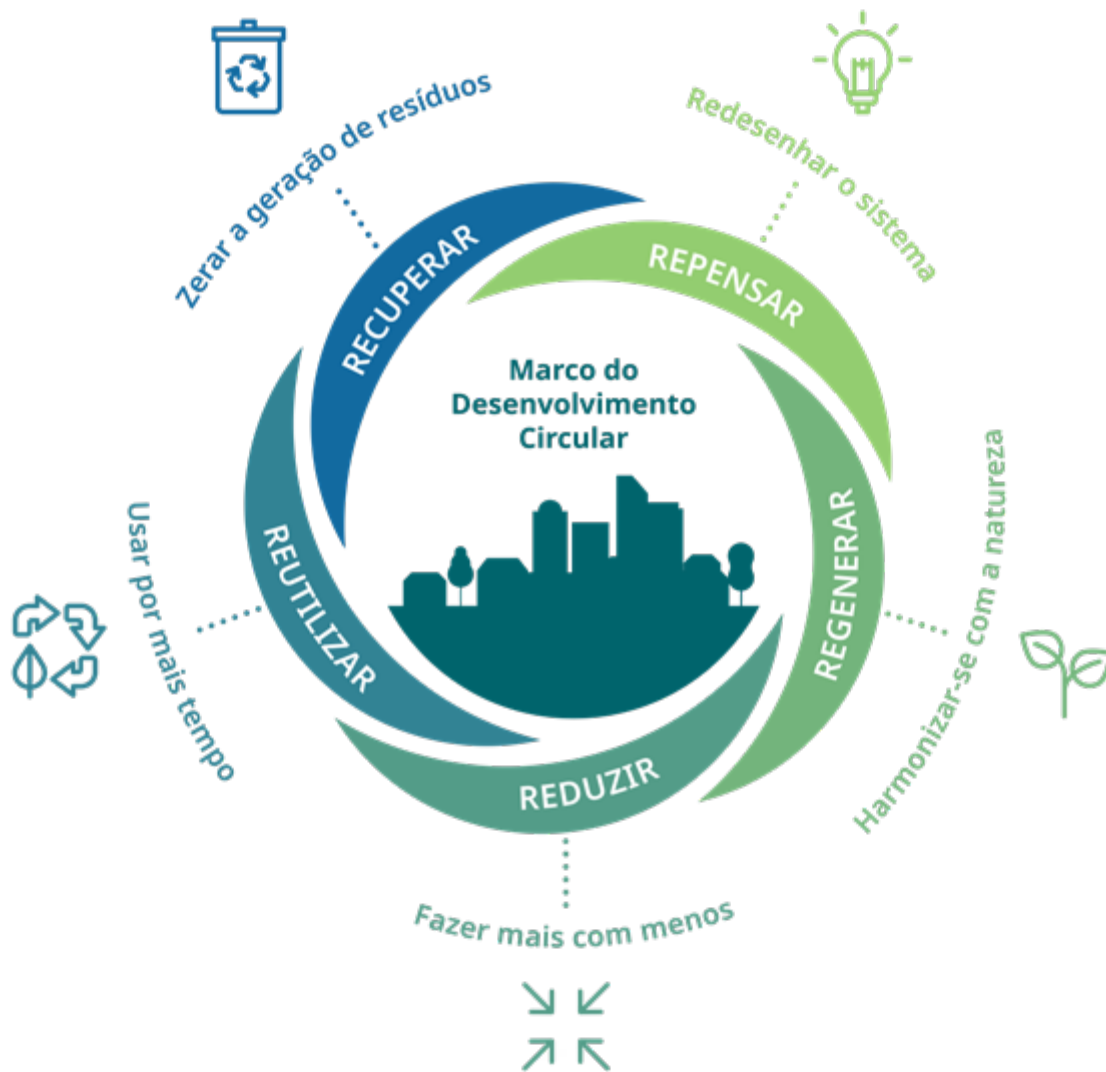
PASSO 2:

DESENHE SEU SISTEMA ALIMENTAR CIRCULAR

Desenvolva uma visão inicial e coletiva que estabeleça objetivos específicos para sistemas alimentares circulares alimentarios circulares



Uma vez identificadas e mobilizadas as partes interessadas, o próximo passo é estabelecer uma visão coletiva das melhores práticas e priorizar as estratégias de consumo e produção de alimentos, bem como a prevenção e gestão de resíduos. Esta seção irá se guiar pelo Guia de Ação para Cidades Circulares (Circular City Actions Framework) em relação aos sistemas alimentares e irá sugerir etapas para mapear coletivamente as intervenções relevantes para o seu contexto local.



Sobre o Guia de Ação para Cidades Circulares

O Guia de Ação para Cidades Circulares (Circular City Actions Framework) fornece aos agentes de transformação urbana cinco estratégias complementares que podem ser usadas para começar a trabalhar em direção a um sistema alimentar mais circular. O guia está centrado na ação para fornecer aos usuários uma direção estratégica concreta e mostrar os resultados desejados de cada estratégia.

Essas estratégias e suas sub-estratégias abordam os diferentes papéis desempenhados pelos governos locais e regionais, desde a prestação de serviços públicos até a cooperação com as partes interessadas locais, planejamento urbano e estratégias de regulação. Elas podem ser aplicadas a todos os recursos que fluem por uma cidade e são mais eficazes quando implementadas paralelamente.

Aplicando o Guia de Ação para Cidades Circulares aos sistemas alimentares

Esta seção aplica o Guia de Ação para Cidades Circulares (*Circular City Actions Framework*) aos sistemas alimentares e sugere etapas para fazer o mapeamento colaborativo das intervenções relevantes para o seu contexto local. O Guia de Ações para Cidades Circulares é baseado em cinco estratégias para cidades circulares e leva em consideração aspectos de vanguarda que devem ser abordados na formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento circular.



REPENSAR: Redesenhar o sistema

Estabelecer as bases para atividades circulares e permitir a transição para uma economia circular.



REGENERAR: Harmonizar con la naturaleza

Adotar sistemas de infraestrutura, produção e abastecimento que permitam que os ecossistemas naturais prosperem.



REDUZIR: Fazer mais com menos

Criar infraestrutura, processos e produtos para minimizar o uso de materiais, água e energia e a geração de resíduos desde a produção até o fim do uso.




REUTILIZAR: Usar por mais tempo

Ampliar e intensificar o uso de recursos, produtos, espaços e infraestrutura existentes.



RECUPERAR: Fazer com que os resíduos se tornem coisa do passado

Maximizar a recuperação de recursos no final da fase de uso e reintroduzi-los nos processos produtivos.



Além dos Rs que fundamentam a formulação do conceito das políticas públicas circulares, adicionam-se cinco aspectos principais interdependentes que os governos locais devem levar em consideração para formatar políticas robustas, duradouras e de grande impacto na vida da população:

1. **Marcos legais** que garantam a dotação de recursos financeiros e transformem as iniciativas bem sucedidas em política de Estado;
2. **Capacidade técnica**;
3. **Compromisso político** assumido pelo chefe do executivo municipal perante à população e a sociedade em geral;
4. A garantia de **recursos financeiros** por meio dos marcos legais e compromisso político;
5. **Capacitação e formação** para garantir e aperfeiçoar a capacidade técnicas dos recursos humanos envolvidos na operacionalização das políticas públicas;
6. **Comunicação** interna é necessária para garantir a intersetorialidade, ao passo que a comunicação externa é fundamental para garantir a transparência e o apoio público.

Casos holísticos de políticas alimentares circulares na América Latina

Os estudos de caso a seguir são referências para políticas alimentares circulares na região. Eles compreendem ações que abrangem as cinco estratégias do Guia de Ação das Cidades Circulares, e são, portanto, considerados holísticos. Para acessar os detalhes de cada caso, clique nos links correspondentes a seguir para acessar uma versão detalhada com os desafios, fatores de sucesso e impactos das suas políticas públicas.

[São Paulo, Brasil](#)

[Rionegro, Colombia](#)

Estabelecer uma visão coletiva e decidir sobre sub-estratégias prioritárias

Estas intervenções holísticas incluem diferentes fatores que dificultam a implementação por cidades pequenas e médias, como o acesso a recursos financeiros, por exemplo. Portanto, o próximo passo se concentra na identificação de sub-estratégias concretas que as cidades pequenas e médias podem utilizar para dar início à implementação de políticas concretas. Como próximo passo, organize uma reunião on-line ou presencial durante a qual deve ser apresentado os objetivos com base em uma abordagem de economia circular para sistemas alimentares (a seção “Por que nossos sistemas alimentares devem mudar” pode ser usada para isto), e os resultados da avaliação dos sistemas alimentares que conduzidos na Etapa 1.

Como parte da mesma reunião ou durante as oficinas de acompanhamento, sugerimos solicitar aos interessados locais que identifiquem e priorizem sub-estratégias de economia circular, de acordo com o Guia de Ação para Cidades Circulares. Embora esta priorização possa ser feita organicamente através de consultas às partes interessadas, sugerimos classificar as diferentes sub-estratégias de acordo com diferentes critérios para sua priorização usando o seguinte modelo.

[Link para o modelo, em inglês](#)


Uma vez que as sub-estratégias tenham sido priorizadas, é hora de discutir aquelas que agora estão no topo da agenda. Use este modelo de ação sugerido para auxiliar as partes interessadas na formulação de uma visão e resultados potenciais para cada sub-estratégia priorizada.

[Link para o modelo, em inglês](#)

PASSO 3:

UTILIZE SUAS FERRAMENTAS PARA IMPULSIONAR A IMPLEMENTAÇÃO

Utilize a caixa de ferramentas de políticas públicas para escolher as ferramentas adequadas para concretizar sua visão e estratégia

A photograph of three children washing their hands at a public water tap. The water is splashing around their hands. The children are smiling and appear to be in a school or community setting. The background is slightly blurred, showing greenery and a building.

Depois de formular uma visão coletiva e estabelecer o caminho estratégico para um sistema alimentar circular, o próximo passo é explorar ações e intervenções para alcançar esses objetivos principais ao longo do Guia de Ação para Cidades Circulares. Essas ações podem ser orientadas e escolhidas a partir de um conjunto de instrumentos políticos que já foram colocados em prática por muitos governos locais e regionais em colaboração com partes interessadas nacionais e locais.

Nesta seção, explicaremos as intervenções de sistemas alimentares circulares por meio das diferentes estratégias ou R's explicadas acima, e as etapas de implementação e os enfoques políticos que podem torná-las realidade.



Conjunto de ferramentas de políticas públicas

Os governos locais e regionais dispõem de uma série de instrumentos para construir um quadro político sólido que permita e apoie a adoção de medidas de economia circular em todo o sistema alimentar e o sistema de consumo. Como muitas das estratégias do sistema alimentar circular exigem ação de empresas, comunidades e indivíduos, as funções dos governos locais implicam proporcionar a infraestrutura e os serviços municipais apropriados, fornecer os recursos financeiros, se apropriado, e criar o ambiente regulatório e comercial para permitir tais ações.

Explorar toda a gama de instrumentos de política à sua disposição e os diferentes papéis (legislador, apoiador, facilitador, convocador) que podem desempenhar em sua jurisdição é fundamental para o sucesso das intervenções de economia circular, que geralmente abrangem diferentes aspectos da cadeia de valor.

Alguns exemplos de instrumentos de política ao nível do governo local incluem:



Marcos legais e planejamento

- Marcos legais e planos estratégicos
- Monitoramento e conformidade
- Avaliação ambiental e licenças
- Planejamento espacial
- Planos estratégicos
- Governança multinível
- Gestão de ativos
- Sistemas de monitoramento e avaliação



Econômico

- Taxas e encargos do usuário
- Negociação de certificados
- Contratação pública
- Apoio financeiro
- Programas de investimento
- Parcerias público-privadas
- Incentivos fiscais



Cooperação

- Acordos voluntários
- Transferência de tecnologia
- Alianças para o desenvolvimento de conhecimentos
- Proporção de acesso a espaço e recursos não econômicos

Educação e conhecimento

- Campanhas de comunicação e sensibilização
- Educação e currículo
- Diretrizes e manuais
- Pesquisa e desenvolvimento

Aplicando o conjunto de ferramentas à cadeia de valor

É útil entender como as intervenções políticas dos governos locais podem ser usadas para impactar os sistemas alimentares em sua totalidade. Para tal, sugerimos e avaliamos como as intervenções devem ser apoiadas e realizadas em seis áreas diferentes. Em colaboração com as partes interessadas locais, mapeie o que precisa mudar em cada uma dessas seis áreas e que tipo de apoio é necessário (ou seja, qual instrumento do conjunto de ferramentas de políticas pode ser mobilizado). A próxima seção detalha como seria este exercício para cinco objetivos diferentes.



Infraestrutura urbana

Infraestrutura verde, azul e cinza instalada, ambiente construído, instalações públicas e equipamentos de capital fixo de propriedade total ou parcial ou operados pelo governo local (por exemplo, ruas, escolas).



Serviços municipais

Serviços prestados pelo governo local aos seus residentes, cujos custos são cobertos pelas receitas fiscais (por exemplo, saneamento, serviços de alimentação, saúde, transporte).



Negócios e indústria

Organizações do setor privado (por exemplo, cooperativas, PMEs, indústria alimentícia, empresas de logística e transporte, varejo e unidades de processamento de alimentos, etc.) que operam dentro da jurisdição do governo local.



Inovação e pesquisa

Organizações de pesquisa locais (por exemplo, *think tanks*, universidades) e clusters de inovação.



Iniciativas comunitárias

Organizações sem fins lucrativos ou iniciativas de um indivíduo ou rede de indivíduos dedicados a melhorar o bem-estar de uma comunidade e reduzir as consequências dos desafios sociais.



Residentes

Pessoas que vivem e/ou trabalham na cidade.

Visão geral dos instrumentos políticos para promover sistemas alimentares circulares pelos governos locais circulares para governos locais



Regulatório e de planejamento



Econômico



Cooperação



Educação

Infra-estruturas urbanas

Marcos legais para **incentivar a agricultura orgânica** e a produção local de alimentos
Plano de agricultura periurbana em terrenos da prefeitura e espaços urbanos vazios

Investimento em usinas de compostagem

Acesso ao espaço urbano sem uso para jardinagem

Formulação de **diretrizes** sobre práticas de agricultura regenerativa em espaços da prefeitura
Parceria com escolas para reduzir a perda e o desperdício de alimentos



Serviços municipais

Planos de prevenção e gestão de resíduos
Proibição de produtos de uso único e do descarte de resíduos alimentares em aterros sanitários
Superar os obstáculos normativos relacionados a políticas de redistribuição de alimentos

Critérios de redução de resíduos alimentares, gases de efeito estufa ou de promoção da agricultura regenerativa
nas licitações para serviços relacionados à alimentação
Isenções fiscais para facilitar os sistemas de armazenamento de embalagens de alimentos
Proporcionar isenções fiscais e subsídios para empresas que apoiem medidas de promoção à economia circular

Colaboração entre atores do sistema alimentar local através de plataformas locais mediante a alocação de espaços de propriedade do município

Diretrizes para alternativas a produtos de uso único e separação de resíduos domésticos no âmbito municipal
Proporção na **formação dos prestadores de serviços de alimentação** para promover o uso de alimentos de época e o combate à perda e ao desperdício de alimentos



Indústria e serviços

Parcerias público-privadas

Facilidades de crédito para uso eficiente de recursos
Aplicar o esquema **“pague pelo que descartar”** (*pay-as-you-throw*) aos entes do setor privado

Promoção de **propriedade comunitária de maquinaria** e instalações de armazenamento através de cooperativas ou outros mecanismos de colaboração
Incentivo a **incubadoras para iniciativas** inovadoras de alimentação local

Formação empresarial e de marketing para produtores locais de alimentos (por exemplo, através de parcerias com câmaras de comércio)
Serviço de assistência técnica para pequenas empresas



Visão geral dos instrumentos políticos para promover sistemas alimentares circulares pelos governos locais circulares para gobiernos locales



Regulatório e de planejamento



Econômico



Cooperação



Educación

Pesquisa e inovação

Política de desenvolvimento local que reconheça o papel dos centros e clústeres de pesquisa sobre a transição para sistemas alimentares circulares

Planos de subvenção municipais vinculados a desafios abertos de inovação

Programa de desenvolvimento de negócios para eco-empresendedores em parceria com organizações de apoio empresarial
Acesso a espaços urbanos vazios para a inovação alimentar

Estimativa do **nível de referência local de desperdício de alimentos e/ou entradas de recursos**
Desenvolvimento de uma norma/selo sobre alimentos sustentáveis locais



Iniciativas comunitárias

Apoiar a integração de catadores formais e informais através de sistemas formais de gestão de resíduos

Créditos circulares para catadores informais
Apoio a **atividades de economia social e solidária na contratação pública** de serviços alimentícios

Separação e coleta de resíduos municipais na **colaboração com cooperativas informais de catadores**
Plataforma para conectar atores do setor privado com iniciativas comunitárias para **facilitar a doação de alimentos**

Centros de informação e instalações de formação para grupos comunitários e catadores informais
Facilitar o **acesso à formação** sobre agricultura regenerativa de pequeno porte, compostagem ou reutilização de alimentos



Residentes

Separação de materiais e coleta de resíduos orgânicos nas residências, com uma estrutura de custos que apoie os domicílios de baixa renda

Esquema **“pague pelo que descartar” (pay-as-you-throw)** com estrutura de custos que apoie domicílios de baixa renda

Parcerias com universidades para identificar campeões de combate à perda e ao desperdício de alimentos em moradias estudantis

Parceria com escolas para a integração do consumo sustentável de alimentos nos currículos escolares
Campanhas de conscientização (ex: sobre provedores locais de alimentos, orientações sobre a separação de resíduos, entre outros)





Explorando iniciativas rumo a um sistema alimentar circular

Esta seção explora combinações de instrumentos políticos para mostrar as ações sinérgicas dos sistemas alimentares circulares através das cinco estratégias ou R's: 1) Advogar por dietas sustentáveis, 2) Apoiar a agricultura familiar e regenerativa em áreas urbanas e periurbanas, 3) Promoção de cadeias mais curtas de fornecimento, 4) Aproveitamento dos resíduos alimentares, e 5) Recuperação de nutrientes. A mesma metodologia pode ser aplicada a qualquer uma das sub-estratégias prioritárias identificadas na etapa 2. No entanto, o sucesso deste exercício dependerá da capacidade das partes interessadas de estabelecer uma agenda coletiva que atenda às necessidades e aos desafios da implementação.



REPENSAR

Advogar por dietas sustentáveis

1. Recife, Brasil

Plano de Agroecologia Urbana do Recife: Instrumento político regulatório e de planejamento

Com o objetivo de criar uma política agroecológica urbana no município, a cidade elaborou o [Plano de Agroecologia Urbana do Recife](#) por meio da Secretaria Executiva de Agricultura Urbana da Prefeitura do Recife, com apoio do ICLEI América do Sul, desenvolvido a partir de um processo de escuta e discussão com diferentes segmentos da sociedade. Este Plano estabelece metas como a de apoiar 180 estruturas de produção até 2024, desenvolver parcerias com pelo menos 10 organizações sociais, acadêmicas e comunitárias por ano para projetos agroecológicos, e implementar a coleta de resíduos orgânicos em 20 escolas municipais, entre outras.¹³

2. Niterói, Brasil

Restaurante Popular 'Cidadão Jorge Amado': Instrumento político econômico

O Restaurante Popular Jorge Amado, administrado desde 2017 pela Prefeitura de Niterói, funciona em local de grande movimentação diária de trabalhadores de baixa renda, formais e/ou informais. No que tange aos valores cobrados por tais refeições, elas são comercializadas a preços acessíveis, uma vez que por falta de recursos financeiros, parcela expressiva da população não tem acesso ao mercado tradicional de refeições prontas o que muitas vezes implica grave situação de insegurança alimentar e nutricional. O Restaurante Popular já serviu quase duas milhões de refeições. Banco de alimentos ajuda a alimentar 3,5 mil pessoas por mês.¹⁴

¹³ [Ley Municipal No. 18.213 de 2016, que establece el Sistema Municipal de Seguridad Alimentaria y Nutricional \(SMSAN\) de Recife.](#)

¹⁴ <http://www.niteroi.rj.gov.br/2022/08/18/restaurante-popular-de-niteroi-ja-serviu-mais-de-300-mil-refeicoes-em-2022/>

3. Rosario, Argentina

Programa de Agricultura Urbana (UAP): Instrumento de cooperação política



REPENSAR

Advogar por dietas sustentáveis

O Programa de Agricultura Urbana (PAU) fomenta o plantio de frutas e verduras em hortas comunitárias na periferia, em terrenos abandonados ou de propriedade municipal, promovendo uma fonte alternativa de renda junto com programas de treinamento em técnicas de plantio e a formação de cooperativas. O Município também apoia a criação de uma rede de compradores para estes produtos. Como resultado, intensificou-se o desenvolvimento da economia alimentar local, oferecendo à população novas oportunidades de renda, a revitalização de áreas urbanas através do uso de técnicas regenerativas, e uma redução dos índices de insegurança alimentar no município.¹⁵

¹⁵ <https://americadosul.iclei.org/sustainable-food-production-for-a-resilient-rosario/>



REPENSAR

Advogar por dietas sustentáveis

4. Curitiba, Brasil

Hortas Urbanas: Instrumento político educativo e de capacitação

Curitiba promove a agricultura urbana através de três programas: as Hortas Comunitárias Urbanas, nas quais a Prefeitura apóia o cultivo nos espaços urbanos da cidade; as Hortas Escolares, defendendo ações de cultivo e educação ambiental e alimentar em espaços escolares municipais; e as Hortas Institucionais, incentivando o cultivo em espaços institucionais do poder público. É fornecido suporte técnico, avaliando a viabilidade da implementação e realizando treinamento teórico e prático sobre o cultivo e manutenção das hortas. O programa possui 115 hortas que produzem alimentos frescos e saudáveis na cidade.¹⁶

5. Chone, Ecuador

Promoção de modelos de produção de alimentos socialmente inclusivos: Instrumento político-econômico

A administração pública municipal desempenha seu papel no fornecimento de alimentos através de espaços públicos previstos para a venda de alimentos, feiras livres ou itinerantes e mercados municipais de varejo ou atacado, bem como ações conjuntas entre acesso e produção, a fim de expandir o acesso da população a alimentos adequados e saudáveis. Ela promove modelos de produção de alimentos socialmente inclusivos e ambientalmente sustentáveis. Além disso, o município criou iniciativas para promover a separação de resíduos junto à população através da disposição de resíduos em aterros sanitários para resíduos orgânicos e inorgânicos. Os resíduos orgânicos são coletados e enviados para uma usina de compostagem.¹⁷

¹⁶ [Ley Municipal N° 15.300 de 2018, que autoriza la ocupación de espacios públicos y privados para el desarrollo de actividades de agricultura urbana.](#)

¹⁷ [GADM Chone - Socializaron modelo de gestión ambiental integral de Chone](#)



REGENERAR

Apoiar a agricultura familiar e regenerativa em áreas urbanas e periurbanas

1. Anchieta, Brasil

Lei Municipal de Alimentos Orgânicos. Instrumento político regulatório e de planejamento

Para fortalecer a implementação de várias políticas federais e estaduais para sistemas de produção agroecológicos locais e a produção e distribuição de sementes crioulas, Anchieta elaborou a Lei Municipal 2.457 de 2019. Esta lei, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), estabelece que pelo menos 45% de todos os alimentos adquiridos pelo município a partir de 2021 devem ser orgânicos. Na operacionalização desta legislação, a produção local de sementes crioulas é incentivada através de um programa de distribuição de kits com uma grande variedade de sementes em pequenas quantidades, organizado pela Secretaria Municipal de Agricultura.¹⁸

2. Rio de Janeiro, Brasil

Hortas Urbanas: Instrumento político-econômico

O programa Hortas Cariocas, criado em 2006, busca incentivar a agroecologia em espaços urbanos e promover o acesso a alimentos saudáveis nas regiões mais vulneráveis do município. O projeto identifica locais potenciais para hortas urbanas e fornece recursos financeiros para a população local criar hortas orgânicas. O objetivo do programa é contribuir para a redução da ocupação irregular de terras abandonadas e promover a inclusão social. Atualmente, o programa conta com 49 unidades produtivas, sendo 24 em comunidades de baixa renda e 25 em instalações da Secretaria Municipal de Educação (SME).¹⁹

18 https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/2019/10/1570807142_2457_incentivo_agroecologia.doc

19 <https://www.rio.rj.gov.br/web/smac/hortas-cariocas>



REGENERAR

Apoiar a agricultura familiar e regenerativa em áreas urbanas e periurbanas

3. Maricá, Brasil

Hortas Comunitárias do Manu Manuela: Instrumento político de co-operação

Estas hortas fazem parte de um programa promovido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca de Maricá em parceria com a Companhia de Desenvolvimento de Maricá para transformar áreas improdutivas em espaços para o cultivo de alimentos agroecológicos. O município concede esses espaços por dois anos para que os agricultores familiares possam produzir hortaliças e outras culturas sem agrotóxicos. Vinte por cento da produção é destinada como contrapartida ao município, que a utiliza para a alimentação escolar. O programa busca gerar renda, promover a segurança alimentar e nutricional nas comunidades, incentivar a alimentação de qualidade e o bom uso da terra.²⁰

4. Barcarena, Brasil

Projeto Agricultura das Ilhas: Instrumento político educativo e de capacitação

O projeto Agricultura das Ilhas visa promover a segurança alimentar e nutricional e gerar renda para a população ribeirinha das ilhas em Barcarena, bem como garantir o direito de uso da terra em que vivem. A iniciativa tem como público-alvo cerca de 2.600 famílias que vivem ao redor de 7 projetos de assentamento extrativista das ilhas. Com base na regularização da propriedade, o governo desenvolve e promove projetos de assistência técnica e sistemas de produção agroflorestal, tais como o Consórcio de Gestão do Açaí, Cacau, Banana, Horticultura e Aves Penduradas, Apicultura e Meliponicultura, Piscicultura de superfície e em Tanque Rede, assim como Pesca Artesanal.²¹

²⁰ <https://www.marica.rj.gov.br/2019/07/04/hortalicas-colhidas-no-manu-manuela-sao-distribuidas-no-hospital-e-em-escolas/>

²¹ <https://barcarena.pa.gov.br/semagri-realiza-agricultura-itinerante-em-tres-localidades-de-barcarena/>

5. Maynas, Peru

Promoção do desenvolvimento rural: Instrumento político-econômico

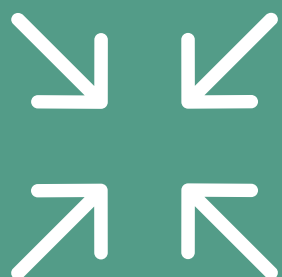
A cidade de Maynas possui o Programa Famílias Empreendedoras focado no desenvolvimento rural com enfoque na agroecologia, além de ter criado iniciativas para promover a separação de resíduos orgânicos e inorgânicos junto à população.²²



REGENERAR

Apoiar a agricultura familiar e regenerativa em áreas urbanas e periurbanas

²² [Plan de Desarrollo Local Concertado - Informes y publicaciones - Municipalidad Provincial de Maynas - Gobierno del Perú \(www.gob.pe\)](http://www.gob.pe)



REDUZIR

*Promoção de cadeias
mais curtas de
fornecimento de
alimentos*

1. Nova Lima, Brasil

Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional: Instrumento político, regulatório e de planejamento

A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN) e o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) da cidade têm como objetivo garantir o direito à alimentação adequada. O Poder Executivo Municipal é responsável por seu financiamento através do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual. O SISAN procura promover políticas, programas e ações intersetoriais, formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, promover a coordenação e integração entre governo e sociedade civil, monitorar e avaliar a situação alimentar e nutricional do município, entre outros.²³

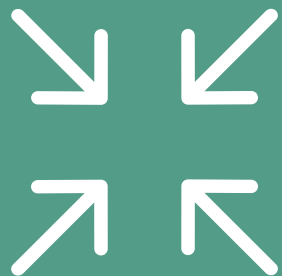
2. Maricá, Brasil

Fábrica Municipal de Desidratados. Instrumento político e econômico

A Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca de Maricá administra a Fábrica Municipal de Desidratados, onde os agricultores familiares podem desidratar suas plantações de banana ou mandioca para aumentar seu valor comercial e data de validade. Em 2021, foram produzidas 19,5 toneladas do produto, que é então vendido à população em eventos da Prefeitura, tais como feiras agroecológicas, ou doado a entidades filantrópicas, casas de repouso, centros de assistência social e restaurantes populares da cidade, como resultado desta parceria público-privada.²⁴

²³ <https://drive.google.com/file/d/1TIsn2HrYIytOtuTfXWpdL-IzGmkAY6g/view>

²⁴ <https://www.marica.rj.gov.br/noticia/prefeitura-da-inicio-a-operacao-da-fabrica-de-desidratados-edio-muniz/>



REDUZIR

*Promoção de cadeias
mais curtas de
fornecimento de
alimentos*

3. Lima, Peru

O programa “Agricultores na cidade”: Instrumento político de cooperação

O projeto “Agricultores na cidade” é um esforço conjunto entre diferentes distritos, comunidades locais e ONGs da cidade de Lima. O projeto visa: 1) criar novos modelos técnicos para promover a diversificação e integração da agricultura urbana; 2) o desenvolvimento e manutenção de uma rede local de agricultores urbanos; 3) o fortalecimento das relações institucionais de apoio à agricultura urbana; 4) o reconhecimento e valorização dos serviços ambientais da agricultura urbana pelos atores locais. O projeto resultou em um aumento no número de agricultores associados, em um nível mais alto de produção agrícola e na abordagem ao consumidor direto através da redução dos intermediários.²⁵

4. Curitiba, Brasil

Fazenda Urbana de Curitiba. Instrumento político educativo e de capacitação

Inaugurada em 2020 como um espaço sem precedentes no Brasil, a Fazenda Urbana de Curitiba é um espaço educacional para práticas agrícolas sustentáveis nas cidades. Funciona como um núcleo que liga as áreas rural e urbana para disseminar inovações e conhecimentos tradicionais agrícolas, gastronômicos e de sustentabilidade. A Fazenda Urbana também promove cursos sobre temas relacionados à agricultura sustentável, tais como meliponicultura e plantas aromáticas, aromaterapia e práticas integrativas. Além disso, também oferece cursos à distância que podem ser realizados ao longo do ano sobre temas como alimentação e técnicas de plantio, uso integrado e manipulação de alimentos.²⁶

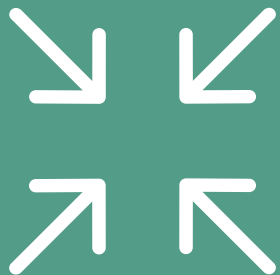
25 https://ruaf.org/assets/2007/02/rau17_total.pdf

26 <https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/fazenda-urbana-de-curitiba/708>

5. Santa Ana, Costa Rica

Comercialização de produtos locais: Instrumento de política econômica

Santa Ana possui uma empresa municipal com o objetivo de agregar valor e comercializar produtos locais de produtores locais com empresas privadas (supermercados ou lojas) e estabelece planos de ação em conjunto com atores locais para fortalecer as capacidades de feirantes e comerciantes. Por outro lado, promove modelos de produção de alimentos socialmente inclusivos e ambientalmente sustentáveis, possui programas de alimentação como sopas, cozinhas de sopa e subsídios alimentares para populações vulneráveis, e contribui para programas de alimentação escolar.²⁷



REDUZIR

*Promoção de cadeias
mais curtas de
fornecimento de
alimentos*

27 <https://www.mercadosantaana.com/>



REUTILIZAR

Aproveitamento dos resíduos orgânicos

1. Niterói, Brasil

Programa Rede Solidária de Niterói e Banco de Alimentos: Instrumento político, regulatório e de planejamento

O Banco de Alimentos é uma iniciativa criada em 2003, que visa combater a fome e a insegurança alimentar através da coleta de doações de alimentos que foram desperdiçadas ao longo da cadeia de produção. De forma a integrar a iniciativa, a Prefeitura lançou em 2017 a Rede Solidária, através do decreto 12.653/2017, com o objetivo de coletar doações de alimentos para garantir a segurança alimentar de forma institucionalizada. Um de seus principais objetivos é promover um programa permanente de combate ao desperdício de alimentos através da coleta e distribuição de produtos alimentícios para instituições registradas.²⁸

2. Curitiba, Brasil

Câmbio Verde: Instrumento político econômico

Câmbio Verde é um programa de reciclagem que realiza a troca de resíduos recicláveis por alimentos saudáveis, orgânicos e cultivados localmente. Todos a população pode participar do programa levando até 4 kg de materiais recicláveis ao ponto de troca. No local, os cidadãos recebem produtos frescos de fazendas familiares da área metropolitana, periurbana e rural ou podem comprá-los 30% mais baratos do que nos mercados. Desta forma, as famílias gastam menos dinheiro em alimentos enquanto a reciclagem é incentivada, apoiando a economia local e melhorando os hábitos e dietas alimentares.²⁹

28 <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/n/niteroi/decreto/2017/1265/12653/decreto-n-12653-2017-institui-o-programa-rede-de-solidariedade-de-niteroi-cria-o-selo-doador-solidario-e-o-cadastro-municipal-de-doadores-solidarios-da-rede-de-solidariedade-de-niteroi-cmds-no-ambito-do-municipio-de-niteroi?r=p>

29 <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/cambio-verde/344>



REUTILIZAR

*Aproveitamento dos
resíduos orgânicos*

3. Medellín, Colombia

Programa REAGRO: Instrumento político de cooperação

Em 2012, Medellín iniciou o programa municipal REAGRO em cooperação com a Fundação SACIAR. Este programa coleta alimentos saudáveis seguros para consumo que não foram vendidos pela indústria alimentícia, agricultores, supermercados ou mercados com o apoio de voluntários e funcionários permanentes para a redistribuição aos bancos de alimentos. Esta ação aumenta a segurança alimentar dos residentes, as oportunidades econômicas para os agricultores urbanos e ajuda a reduzir o desperdício de alimentos. Mais de 36.000 pessoas foram beneficiadas por doações de 75 entidades, e o programa foi ampliado para outros quatro bancos de alimentos no país.³⁰

4. Contagem, Brasil

Centro de difusão, práticas e educação para a agricultura urbana: Instrumento político educativo e de capacitação

O município de Contagem, no Brasil, possui o Centro Municipal de Agricultura Urbana e Familiar (CMAUF), um centro de difusão de tecnologias, práticas produtivas e educação. A CMAUF oferece assessoria técnica e acompanhamento de unidades produtivas urbanas, que é apoiada por uma equipe do próprio município. Este centro também tem um acordo com o Banco de Alimentos do município: os resíduos orgânicos ali gerados são transformados em adubo pelos produtores de alimentos que são usuários do CMAUF. Além disso, o centro também vende alimentos da agricultura familiar com foco na economia solidária.³¹

³⁰ <https://knowledge-hub.circle-lab.com/cities/article/9281?n=A-municipal-program-to-collect-and-redistribute-unsold-food-items-to-the-neediest%2C-Medellin>

³¹ <https://www.contagem.mg.gov.br/novoportal/direito-humano-a-alimentacao-adequada-garante-qualidade-de-vida-e-saude/>

5. Portoviejo, Ecuador

Mensuração de perda e desperdício de alimentos e bancos de alimentos: Instrumento de planejamento e cooperação



REUTILIZAR

*Aproveitamento dos
resíduos orgânicos*

O sistema local de abastecimento alimentar atende a todas as necessidades básicas da população de Portoviejo. A contribuição da agricultura familiar para o abastecimento alimentar de sua população é muito importante. O município mediu a perda de alimentos e as taxas de desperdício em seu município e conta com um banco de alimentos privado. Também desenvolve políticas para a gestão de controles em mercados e feiras para monitorar a oferta variada de produtos como forma de responder a cenários especulativos. Possui programas como o convênio com a Fundação de Pesquisa e Desenvolvimento Social (FIDES), no qual está trabalhando em quatro cadeias de valor na paróquia de Crucita (um centro de coleta de sal, uma trilha turística, um plano para fortalecer a produção de arroz) e a construção de um centro de evisceração de peixes em Las Gilces. Por outro lado, através do “Projeto Exporto”, é possível introduzir produtos agrícolas de valor agregado nos supermercados locais.³²

32 <https://arquidiocesisdeportoviejo.org/banco-de-alimentos-manabi/>



RECUPERAR

Recuperação de nutrientes

1. Quito, Ecuador

Quito a Reciclar: Instrumento político-regulatório e de planejamento

O Distrito Metropolitano de Quito possui diversas linhas de ação como as de resíduos recicláveis, resíduos domésticos especiais e resíduos orgânicos. Entre os projetos realizados na área de resíduos orgânicos, cabe destacar duas metodologias: o incentivo à compostagem doméstica e uma análise da implementação de compostagem industrial para os mercados municipais. Neste último, foi realizada uma coleta diferenciada de resíduos orgânicos em 54 mercados e feiras municipais para serem utilizados na digestão anaeróbica ou em usinas de compostagem, que processam de 30 a 40 toneladas por mês.³³

2. Santiago, Brasil

Projeto 'Pila Verde': Instrumento político-econômico

Lançado pelo município de Santiago, em 2020, o projeto Pila Verde busca recompensar o cidadão que realizar a separação correta de resíduos e entregar o lixo orgânico para compostagem coletiva. A cada 5 kg de lixo orgânico entregues, as/os moradoras/es recebem uma cédula de "1 pila", que tem valor equivalente a R\$ 1,00. O valor poderá ser usado nas Feiras do Produtor com feirantes cadastrados no projeto. O Pila Verde servirá, portanto, para a compra de produtos hortigranjeiros.³⁴

³³ https://abrelpe.org.br/pdfs/publicacoes/report_onu_eng.pdf

³⁴ <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/s/santiago/lei-ordinaria/2021/29/298/lei-ordinaria-n-298-2021-altera-o-caput-e-1-e-acrescenta-o-3-ao-art-3-da-lei-municipal-n-2412020-que-autoriza-o-municipio-a-instituir-o-projeto-pila-verde-para-incentivar-a-separacao-do-residuo-organico-e-diminuir-os-custos-com-destinacao-final-dos-residuos-domesticos>



RECUPERAR

Recuperação de nutrientes

3. Rio de Janeiro, Brasil

Programa de produção de compostos orgânicos FERTILURB: Instrumento político de cooperação

A Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB) junto com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente promovem o programa de produção de fertilizantes orgânicos 'Fertilurb'. Este composto é o resultado do tratamento de resíduos orgânicos de origem animal ou vegetal, tais como resíduos domésticos, restos alimentares, folhas e sementes, entre outros, para beneficiar o solo. O composto é então utilizado em projetos de reflorestamento e regeneração de solos estéreis na cidade, além de ser doado para o Programa Hortas Cariocas. A iniciativa reduz o uso de fertilizantes convencionais, reduzindo os riscos envolvidos para o meio ambiente.³⁵

4. Florianópolis, Brasil

Revolução dos Baldinhos. Instrumento político educativo e de capacitação

A Revolução dos Baldinhos gerou uma rede responsável pela coleta de matéria orgânica das residências, seu processamento e sua distribuição para as hortas comunitárias da região. Em 2016, o projeto publicou um manual com uma metodologia consolidada de gestão de resíduos orgânicos comunitários e de agricultura urbana, que foi replicada em mais de 22 estados. Em 2018, 54 oficinas sobre técnicas de compostagem foram realizadas em parceria com o Programa 'Minhoca na Cabeça'. Durante as oficinas de capacitação, a população local aprende a processar os resíduos orgânicos em casa utilizando técnicas de vermicompostagem. Mais de 500 pessoas participaram das primeiras aulas.³⁶

35 <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=1023913>

36 https://e-lib.iclei.org/publications/IFWEN_Florianopolis_FINAL.pdf



RECUPERAR

Recuperação de nutrientes

5. Canelones, Uruguay

Programas de gestão integrada de resíduos: Instrumento de regulamentação e política de planejamento

A cidade de Canelones possui programas e serviços que buscam implantar uma gestão integrada de resíduos sólidos, promovendo a redução de material - especialmente plásticos descartáveis -, recuperação para reciclagem e compostagem, além de limpeza pública. Dentro desses programas que promovem a economia circular, a Prefeitura de Canelones tem trabalhado com empresas privadas, envolvendo-as em programas de reciclagem, e aconselhando e monitorando sua gestão dos resíduos sólidos.³⁷

³⁷ https://www.ccifa.com.uy/wp-content/uploads/2021/08/guia_residuos_comerciales_ultima_edicion-15_junio_2021_compressed.pdf#:~:text=El%20Gobierno%20de%20Canelones%20cuenta%20con%20programas%20y,el%20reciclaje%20y%20compostaje%2C%20y%20la%20limpieza%20p%C3%BAblica.

Recursos adicionais

Agricultura urbana e regenerativa

- [Programa e trabalho da FAO sobre bioeconomia circular](#)
- [Marco de la FAO para la Agenda Alimentaria Urbana \(2019\).](#)
- [LEISA. Revista de Agroecología. Agricultura familiar campesina y cadenas cortas de valor. Vol. 36, No. 3, octubre 2020.](#)
- [LEISA. Revista de Agroecología. Agricultura urbana en América Latina. volumen 35, número 3, octubre 2019.](#)
- [LEISA. Revista de Agroecología. Sistemas alimentarios locales en los Andes. volumen 34, número 2, junio 2018.](#)
- [BIAZOTI, André Ruoppolo, et al. Agricultura urbana no município de São Paulo: considerações sobre produção e comercialização. Estudos Avançados, 2021, 35. Jg., S. 189-208.](#)
- [AGROECOLOGIA E POLÍTICA: Ações coletivas e institucionalização da agroecologia no município de Belo Horizonte \(1993-2020\). Gabriel Mattos Ornelas – UFMG.](#)
- [Revista de Agricultura Urbana no. 16 - Formulación de políticas eficaces en materia de agricultura urbana.](#)
- [Revista de Agricultura Urbana no. 33 - La Agroecología Urbana de Ruaf documenta los desarrollos relevantes en el campo de la agricultura urbana sostenible.](#)
- [Gomez San Juan, M., Harnett, S. and Albinelli, I. 2022. Sustainable and circular bioeconomy in the biodiversity agenda: Opportunities to conserve and restore biodiversity in agrifood systems through bioeconomy practices. Rome, FAO.](#)
- [Gomez San Juan, M. & Bogdanski, A. 2021. How to mainstream sustainability and circularity into the bioeconomy? A compendium of bioeconomy good practices and policies. Rome, FAO.](#)

Combate à perda e ao desperdício de alimentos

- [Índice de desperdício de alimentos 2021](#) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).
- [Código de conducta voluntario para la reducción de las pérdidas y el desperdicio de alimentos.](#) FAO.
- [Hacer frente a la pérdida y el desperdicio de alimentos: una oportunidad de ganar por partida triple.](#) FAO e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).
- A [Plataforma de Compras Públicas Sustentáveis](#) do ICLEI oferece uma série de recursos e estudos de caso sobre o tema de desperdício de alimentos.

- A publicação City-Region Food Systems and Food Waste Management ([Sistemas alimentares das regiões urbanas e gestão do desperdício de alimentos](#)), da RUAF, documenta 13 estudos de caso sobre prevenção, redução e gestão do desperdício de alimentos nas zonas urbanas, além das principais lições aprendidas.
- O informe [Reducing Food Loss and Waste](#), do World Resources Institute, identifica uma lista de “tarefas” específicas para cada ator envolvido e 10 “intervenções em escala” que podem ser utilizadas como diretrizes para atores do setor privado.
- A [Coalition Circular Accounting](#) (CCA), liderada pelo Circle Economy, é uma coalizão multidisciplinar cujo objetivo é identificar e superar os desafios relacionados a contas públicas que dificultam a recuperação dos resíduos alimentares.
- [¿Qué pueden hacer las ciudades argentinas para reducir la pérdida y el desperdicio de alimentos?](#)
- [Marco da FAO para a Agenda Alimentar Urbana.](#)
- [Glossário LUPPA.](#)
- [Ficha Técnica | Produção e Consumo Sustentáveis 2021.](#) ICLEI América do Sul e WWF Brasil
- O [Knowledge Hub](#), do Circle Economy, é uma biblioteca colaborativa de acesso aberto a mais de 2.500 exemplos de economia circular, incluindo diversas boas experiências em sistemas alimentares a nível local.
- A [Urban Food Actions Platform](#) da FAO oferece o acesso à várias boas práticas de cidades e regiões do mundo todo.
- O documento [Collaborative Framework for Food Systems Transformation](#), compilado pelo PNUMA, oferece uma abordagem para o desenvolvimento de políticas colaborativas e uma melhor governança para sistemas alimentares sustentáveis.

Sistemas alimentarios circulares en general

- Para mais exemplos no terreno de práticas circulares nos sistemas agroalimentares da América Latina, ver esta publicação da FAO sobre [bioeconomia circular e lições aprendidas com estudos de caso](#).
- [Estratégia de la FAO sobre el Cambio Climático \(2022-2031\).](#)
- [Cadernos LUPPA - Aprendizados do 1º Lab.](#)
- [Cadernos LUPPA – Aprendizados do 1º LAB – Amazônia.](#)

PRÓXIMOS PASSOS

NA JORNADA CIRCULAR DO ICLEI





Depois de completar as três etapas detalhadas no guia, você deve ter:

- Uma boa compreensão de como as iniciativas de sistemas alimentares circulares implicam para sua cidade e uma visão geral das oportunidades e desafios correlatos;
- Processos de engajamento das partes interessadas e uma estrutura de governança para apoiar o desenvolvimento e a implementação das ações planejadas;
- Uma lista de possíveis estratégias para a transição para sistemas alimentares circulares em sua cidade e uma visão geral dos instrumentos políticos de acompanhamento que devem apoiar a sua implementação.

Os próximos passos incluem:

- Estabelecer metas específicas para as estratégias selecionadas (por exemplo, reduzir o desperdício alimentar pós-consumo para 50%), que podem exigir amostragem e coleta de dados se não estiverem prontamente disponíveis;
- Elaborar instrumentos políticos e realizar uma análise de custo-benefício e viabilidade quando necessário;
- Desenvolver um plano de implementação;
- Estabelecer um sistema de monitoramento e avaliação para acompanhar a implementação.

Embora esses elementos superem o escopo deste guia que, por sua vez, se concentra na fase de planejamento e priorização, o objetivo do *ICLEI Circulars* é fornecer aos governos locais ferramentas para acompanhar as etapas de implementação, com base nos aprendizados dos governos locais em todo o mundo. Acesse o [ICLEI Circulars](#) e as [Plataformas Regionais de Desenvolvimento Circular](#) para obter mais informações e se manter atualizado sobre os recursos disponíveis.

Sobre o Programa CityFood

Este guia foi desenvolvido em colaboração com o Programa CityFood do ICLEI.

O Programa CityFood do ICLEI teve início em 2013 com a criação da sub-rede ICLEI-RUAF CITYFOOD. Como programa emblemático do ICLEI, o CityFood visa catalisar a transformação dos sistemas alimentares, fornecendo orientação prática e apoio aos governos locais e regionais em todo o mundo. Ela engloba uma série de projetos e iniciativas nos Escritórios Regionais do ICLEI e reúne governos e importantes parceiros globais e regionais. As melhores práticas e experiências da sub-rede CityFood aparecem ao longo do manual e auxiliou na elaboração do conteúdo desta publicação.





Agradecimentos

EDITORIAL

ICLEI – Local Governments for Sustainability e.V.

Kaiser-Friedrich-Straße 7
53113 Bonn, Germany

<https://iclei.org/>

ENTRE EM CONTATO

circular.development@iclei.org

INSTITUIÇÃO FINANCIADORA

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

AUTORAS E AUTORES EM ORDEM ALFABÉTICA

Bruce Roberto Scheidl Campos, ICLEI América del Sur

Elizabeth Carmelita Moura Affonso, ICLEI América del Sur

María Alonso Martínez, ICLEI World Secretariat

Marion Guénard, ICLEI World Secretariat

TRADUÇÃO

Luísa Acauan Lorentz, Voluntaria ICLEI América del Sur

DESENHO

Olga Tokareva, ICLEI World Secretariat

Paul Meyer, ICLEI World Secretariat

COLABORADORES/AS E REVISORES/AS

Armelle Cibaka, ICLEI América del Sur

Leta Vieira, ICLEI América del Sur

Marcus Soares, ICLEI América del Sur

Rodrigo Perpétuo, ICLEI América del Sur

Giulia Salvaterra, ICLEI World Secretariat

Jiwon Lee, ICLEI World Secretariat

Selina Emmanuel, ICLEI World Secretariat

João Intini, FAO RLC

Mia Reiss, FAO RLC

Sara Granados, FAO RLC

Cecilia Marocchino, FAO HQ

Isabel Albinelli, FAO HQ

Marta Gomez San Juan, FAO HQ

DIREITOS AUTORAIS

(c) 2023 ICLEI - Local Governments for Sustainability e.V. Todos os direitos reservados. O ICLEI World Secretariat detém os direitos autorais desta publicação, incluindo textos, análises, logotipos e layout. O ICLEI incentiva o uso e a divulgação deste Guia. A reprodução do material é permitida sem modificação, gratuitamente, para uso não comercial, desde que os direitos autorais sejam reconhecidos.

CITAÇÃO

Esta publicação deve ser citada como:

FAO e ICLEI. Guia para Gestores Públicos: Sistemas Alimentares Circulares na América Latina. Bonn, Alemanha: 2023.